

PROCURADOR DO MUNICÍPIO DE APARECIDA DE GOIÂNIA – NÍVEL III

18/04/2010

SÓ ABRA QUANDO AUTORIZADO

LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES

1. Quando for permitido abrir o caderno, verifique se ele está completo ou se apresenta imperfeições gráficas que possam gerar dúvidas. Em seguida, verifique se ele contém 60 questões da Prova Objetiva e 5 questões da Prova Discursiva.
2. Cada questão da Prova Objetiva apresenta quatro alternativas de resposta, das quais apenas uma é a correta.
3. O cartão-resposta e as folhas de respostas das questões discursivas são personalizadas e não haverá substituição, em caso de erro. Ao recebê-los, verifique se seus dados estão impressos corretamente, caso contrário, notifique ao aplicador de prova o erro constatado.
4. O desenvolvimento das questões discursivas deverá ser feito com caneta esferográfica de tinta preta, na respectiva folha de resposta. RESPOSTAS A LÁPIS NÃO SERÃO CORRIGIDAS E TERÃO PONTUAÇÃO ZERO.
5. As folhas de respostas serão despersonalizadas antes da correção. Para a banca corretora, você será um candidato anônimo. Desenhos, recados, orações ou mensagens, inclusive religiosas, nome, apelido, pseudônimo ou rubrica escritos nas folhas de respostas são considerados elementos de identificação. Se houver alguma ocorrência como os casos mencionados anteriormente, sua prova será desconsiderada, e atribuir-se-lhe-á pontuação zero.
6. O tempo de duração das provas é de 5 horas, já incluídas a marcação do cartão-resposta, a leitura dos avisos e a coleta da impressão digital.
7. Você só poderá retirar-se definitivamente da sala e do prédio após terem decorridas **quatro horas** de prova e poderá levar o caderno de prova somente no decurso dos últimos **trinta minutos** anteriores ao horário determinado para o término da prova.
8. AO TERMINAR, DEVOLVA O CARTÃO-RESPOSTA E AS FOLHAS DE RESPOSTAS DAS QUESTÕES DISCURSIVAS, DESPERSONALIZADAS, AO APLICADOR DE PROVA.

DIREITO CONSTITUCIONAL**— QUESTÃO 01 —**

O controle de constitucionalidade pode ser definido como a comparação entre as normas infraconstitucionais e a Constituição, prevalecendo a última, ou seja, é a verificação da compatibilidade vertical que necessariamente deve existir entre as normas infraconstitucionais e a Constituição. A respeito do controle de constitucionalidade, está consagrado na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal que em relação a

- (A) ato normativo anterior à Constituição admite declaração de inconstitucionalidade superveniente.
- (B) ato estatal de efeito concreto não está sujeito ao controle de constitucionalidade.
- (C) ato normativo já revogado ou de eficácia exaurida admite ADIn.
- (D) lei revogada ou que tenha perdido a sua vigência após a proposição da ADIn não importa perda de objeto.

— QUESTÃO 02 —

A Constituição da República Federativa do Brasil prevê que compete privativamente ao município legislar, sobre

- (A) assuntos de interesse local.
- (B) combate às causas da pobreza.
- (C) preservação da fauna e flora.
- (D) política de educação para o trânsito.

— QUESTÃO 03 —

O poder constituinte pode ser conceituado como o poder de elaborar ou atualizar uma determinada Constituição, por meio de supressão, acréscimo ou modificação de normas constitucionais. A respeito do exercício do poder constituinte, a doutrina considera que

- (A) o poder constituinte originário é inicial, soberano nas decisões que toma, mas não autônomo.
- (B) o poder constituinte formal é o lado substancial do poder constituinte originário, qualificando o direito constitucional formal com o *status* de norma constitucional.
- (C) o poder constituinte material é o ato de criação propriamente dito e que atribui a roupagem com *status* constitucional a um complexo normativo.
- (D) o poder constituinte originário tem como objetivo fundamental criar um novo Estado.

— QUESTÃO 04 —

No Brasil, o controle difuso, repressivo ou por via de exceção ou defesa pode ser realizado por qualquer juiz ou tribunal, observadas as regras de competência processual. O controle difuso verifica-se em um caso concreto, e a declaração de inconstitucionalidade dá-se *incidenter tantum*, prejudicialmente ao controle do mérito. O controle difuso em sede de ação civil pública

- (A) pode ser realizado como sucedâneo de ação direta de inconstitucionalidade, inclusive produzindo efeitos *erga omnes*, sem usurpar competência do Supremo Tribunal Federal.
- (B) é instrumento inidôneo de fiscalização incidental da constitucionalidade em face da Constituição da República, mesmo que a controvérsia constitucional qualifique-se como simples questão prejudicial.
- (C) produz efeitos inter partes, como regra, salvo na hipótese de o Senado da República suspender os efeitos da lei declarada inconstitucional.
- (D) produz efeitos com amplitude *erga omnes*, como regra, independentemente da hipótese de o Senado da República suspender os efeitos da lei declarada inconstitucional.

— QUESTÃO 05 —

A competência para processar e julgar ações diretas de inconstitucionalidade é definida de acordo com a natureza do objeto da ação. De tal sorte que compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, a guarda da Constituição

- (A) cabendo-lhe processar e julgar, originariamente, a ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo estadual que contrariar a Constituição Federal.
- (B) cabendo-lhe processar e julgar, originariamente, a ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo municipal que contrariar a Constituição Federal.
- (C) cabendo-lhe processar e julgar, originariamente, a ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo municipal que contrariar as Constituição do Estado.
- (D) cabendo-lhe processar e julgar, originariamente, a ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo estadual que contrariar a Constituição do Estado.

— QUESTÃO 06 —

As Comissões Parlamentares de Inquérito, disciplinadas no artigo 58, § 3º da Constituição Federal

- (A) serão criadas pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, em conjunto ou separadamente, mediante requerimento de ¼ de seus membros.
- (B) terão por objeto fato determinado e sua autoridade ilimitados poderes de investigação, por uma necessidade funcional.
- (C) terão poderes de investigação, próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos nos regimentos internos das Casas Parlamentares.
- (D) poderão impor penalidades ou condenações, suas conclusões serão, independentemente desse fato, encaminhadas ao Ministério Público.

— QUESTÃO 07 —

Imunidades parlamentares são prerrogativas inerentes à função parlamentar, cujo escopo fundamental é a garantia do exercício do mandato parlamentar, com plena liberdade. A respeito Michel Temer estabelece, “garante-se a atividade parlamentar para garantir a instituição. Conferem-se a deputados e senadores prerrogativas com o objetivo de lhes permitir desempenho livre, de molde a assegurar a independência do Poder que integram”. A respeito das imunidades parlamentares, é consagrado que

- (A) são renunciáveis por decorrerem da figura dos parlamentares, e não da função que exercem.
- (B) os vereadores possuem inviolabilidade por suas opiniões, palavras e votos na circunscrição do município.
- (C) as imunidades parlamentares estendem-se aos suplentes por decorrerem do cargo, e não de seu exercício.
- (D) os deputados estaduais têm assegurada a imunidade material, são invioláveis civil e penalmente, desde a posse.

— QUESTÃO 08 —

O artigo 13 da Constituição Federal dispõe que o advogado é indispensável à administração da justiça, sendo inviolável por seus atos e manifestações no exercício da profissão, nos limites da lei. A respeito dos limites legais da atuação do advogado considera-se

- (A) que tem imunidade profissional, não constituindo injúria, difamação ou desacato puníveis, qualquer manifestação, no exercício da atividade.
- (B) inconstitucional a necessidade de representante da OAB para a prisão em flagrante de advogado por motivo ligado ao exercício da advocacia.
- (C) que tem o direito de sustentar oralmente as razões em qualquer recurso ou processo, nas sessões de julgamento, após o voto do relator.
- (D) que a indispensabilidade não é absoluta, por exemplo, admite-se que a interposição de *habeas corpus* dispensa o advogado.

— RASCUNHO —

DIREITO ADMINISTRATIVO**— QUESTÃO 09 —**

Nos termos da Constituição Federal de 1988,

- (A) a remuneração dos servidores públicos e o subsídio somente poderão ser fixados por lei específica.
- (B) a proibição de acumulação de cargos, empregos e funções não abrange autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista.
- (C) a equiparação de espécies remuneratórias, para efeito de remuneração de pessoal do serviço público, é permitida.
- (D) o servidor público municipal da administração direta, investido no mandato de vereador, será afastado do cargo, mesmo se houver compatibilidade de horários.

— QUESTÃO 10 —

O Procurador do Município de Aparecida de Goiânia

- (A) é submetido ao regime jurídico único previsto na Lei goiana nº 10.460, de 22 de fevereiro de 1988.
- (B) sujeita-se às vedações, aos impedimentos e às incompatibilidades previstos na Lei federal nº 8.906, de 4 de julho de 1994.
- (C) tem a prerrogativa de contrariar súmula, parecer normativo ou orientação técnica adotada pelo Procurador-Geral do Município, pois não pode ser constrangido.
- (D) tem a atribuição de desistir, transigir, firmar compromisso e confessar, nas ações de interesse do Município, mediante sua consciência ético-profissional.

— QUESTÃO 11 —

O Estatuto dos Servidores da Prefeitura e Câmara Municipal de Aparecida de Goiânia dispõe que

- (A) a posse ocorrerá no prazo improrrogável de trinta dias contados da publicação do ato de provimento.
- (B) o prazo para o servidor entrar em exercício, contados da data da posse, é de trinta dias.
- (C) o servidor empossado, que não entrar em exercício no prazo legal, será exonerado.
- (D) os efeitos financeiros da nomeação somente terão vigência a partir da posse.

— QUESTÃO 12 —

A Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004, que institui normas de parceria público-privada, dispõe que

- (A) concessão patrocinada é o contrato de prestação de serviços de que a Administração Pública seja a usuária direta ou indireta, ainda que envolva execução de obra ou fornecimento e instalação de bens.
- (B) constitui parceria público-privada a concessão comum quando não envolver contraprestação pecuniária do parceiro público ao parceiro privado.

- (C) a eficiência no cumprimento das missões de Estado e no emprego dos recursos da sociedade constitui uma das diretrizes na contratação de parceria público-privada.
- (D) na contratação de parceria público-privada é possível a delegação das funções de regulação e do exercício do poder de polícia.

— QUESTÃO 13 —

É inexigível a licitação na seguinte situação:

- (A) quando não acudirem interessados à licitação anterior e esta, justificadamente, não puder ser repetida sem prejuízo para a Administração, mantidas, neste caso, todas as condições preestabelecidas.
- (B) quando a União tiver que intervir no domínio econômico para regular preços ou normalizar o abastecimento.
- (C) quando houver inviabilidade de competição, para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.
- (D) quando da compra ou locação de imóvel destinado ao atendimento das finalidades precípuas da administração, cujas necessidades de instalação e localização condicionem a sua escolha, desde que o preço seja compatível com o valor de mercado.

— QUESTÃO 14 —

Segundo orientação sumulada do Supremo Tribunal Federal,

- (A) a Administração pode revogar seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos.
- (B) o limite de idade para a inscrição em concurso público só se legitima em face do art. 7º, XXX, da Constituição, quando possa ser justificado pela natureza das atribuições do cargo a ser preenchido.
- (C) a fixação de vencimentos dos servidores públicos pode ser objeto de convenção coletiva.
- (D) a vinculação do reajuste de vencimentos de servidores estaduais ou municipais a índices federais de correção monetária é constitucional.

— QUESTÃO 15 —

De acordo com o regime próprio de previdência social previsto na Constituição Federal de 1988,

- (A) o Município de Aparecida de Goiânia, mediante lei, poderá estabelecer forma de contagem de tempo de contribuição fictício.
- (B) o servidor ocupante de cargo efetivo e o servidor ocupante, exclusivamente, de cargo em comissão, estão submetidos a esse regime.
- (C) os proventos de aposentadorias e pensões desse regime não sofrerão, em nenhuma hipótese, incidência de contribuição previdenciária.
- (D) os proventos de aposentadoria, por ocasião de sua concessão, não poderão exceder a remuneração do respectivo servidor, no cargo efetivo em que se deu a aposentadoria.

— QUESTÃO 16 —

São imprescritíveis

- (A) as ações por ato de improbidade administrativa.
- (B) os ilícitos praticados por qualquer agente, servidor ou não, que causem prejuízo ao erário.
- (C) as ações de ressarcimento dos prejuízos causados ao erário por ilícitos praticados por qualquer agente, servidor ou não.
- (D) as ações de responsabilidade civil contra o Município.

— RASCUNHO —

DIREITO DO TRABALHO E PROCESSUAL DO TRABALHO**— QUESTÃO 17 —**

De acordo com o texto da Consolidação das Leis do Trabalho, na modalidade do regime de tempo parcial, após cada período de doze meses de vigência do contrato de trabalho, o empregado terá direito a férias, na seguinte proporção:

- (A) dezesseis dias, para a duração do trabalho semanal superior a vinte e duas horas, até vinte e cinco horas.
- (B) dezesseis dias, para a duração do trabalho semanal superior a vinte horas, até vinte e duas horas.
- (C) doze dias, para a duração do trabalho semanal superior a quinze horas, até vinte horas.
- (D) dez dias, para a duração do trabalho semanal superior a dez horas, até quinze horas.

— QUESTÃO 18 —

De acordo com o texto da Consolidação das Leis do Trabalho, o empregado perceberá, durante as férias, a remuneração que lhe for devida na data da sua concessão, devendo ser calculada da seguinte forma:

- (A) quando o salário for pago por hora com jornadas variáveis, apurar-se-á a média dos últimos seis meses, aplicando-se o valor do salário na data da concessão das férias.
- (B) quando o salário for pago por tarefa, tomar-se-á por base a média da produção no período aquisitivo do direito a férias, aplicando-se o valor da remuneração da tarefa na data da concessão das férias.
- (C) quando o salário for pago por percentagem, comissão ou viagem, apurar-se-á a média percebida pelo empregado no período aquisitivo que precederem à concessão das férias.
- (D) quando o salário for pago por hora com jornadas variáveis, apurar-se-á a média dos últimos doze meses, aplicando-se o valor do salário na data da concessão das férias.

— QUESTÃO 19 —

De acordo com o disposto em Súmula do Tribunal Superior do Trabalho, a estabilidade prevista no art. 41 da Constituição Federal, após três anos de efetivo exercício, aplica-se

- (A) ao servidor público celetista da administração direta, autárquica ou fundacional.
- (B) ao empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista, desde que admitido por meio de concurso público.
- (C) ao empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista, mesmo que admitido por meio de processo seletivo simplificado.
- (D) ao empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista, mesmo que admitido sem concurso público.

— QUESTÃO 20 —

De acordo com o disposto em Súmula do Tribunal Superior do Trabalho, a terceirização é lícita quando versa sobre a contratação de serviços especializados ligados à

- (A) atividade-fim do tomador, desde que inexistente a personalidade e a subordinação.
- (B) atividade-meio do tomador, desde que presente a personalidade e a subordinação.
- (C) atividade-fim do tomador, desde que presente a personalidade e a subordinação.
- (D) atividade-meio do tomador, desde que inexistente a personalidade e a subordinação.

— QUESTÃO 21 —

O pagamento das parcelas constantes do instrumento de rescisão do contrato de trabalho deverá ser efetuado até o

- (A) primeiro dia útil imediato, quando da ausência de aviso prévio.
- (B) décimo dia, após o fim do período de pré-aviso, quando do término do contrato.
- (C) primeiro dia útil imediato, quando da indenização do aviso prévio.
- (D) décimo dia, contado da data da notificação da demissão, quando houver dispensa do cumprimento do aviso prévio.

— QUESTÃO 22 —

Um empregado foi contratado em Goiânia, em uma empresa que tem sua sede em Brasília-DF e, após algum tempo, foi deslocado para prestar serviços em Aparecida de Goiânia, em outra filial da referida empresa. Findo o vínculo empregatício, decidiu ajuizar reclamação trabalhista. A reclamação deverá ser ajuizada

- (A) no foro trabalhista de Goiânia, mas não no foro de Aparecida de Goiânia.
- (B) no foro trabalhista de Aparecida de Goiânia, mas não no foro de Goiânia.
- (C) no foro trabalhista de Goiânia ou de Aparecida de Goiânia.
- (D) no foro trabalhista de Brasília.

— QUESTÃO 23 —

No processo do trabalho, o agravo de instrumento tem por objeto

- (A) resguardar a preclusão para futura alegação.
- (B) impugnar decisão que denega o seguimento de recurso.
- (C) resguardar prazo para o oferecimento de recurso de revista.
- (D) possibilitar futura discussão de decisão interlocutória.

— QUESTÃO 24 _____

Na audiência trabalhista, o não comparecimento das partes gera

- (A) extinção do processo com julgamento do mérito quando da ausência do reclamante.
- (B) arquivamento da reclamatória quando da falta do reclamante, não podendo o mesmo protocolar a ação novamente.
- (C) arquivamento da reclamação quando da ausência do reclamado.
- (D) revelia, além de confissão quanto à matéria de fato, quando da ausência do reclamado.

— QUESTÃO 25 _____

Os conflitos de competência em matéria trabalhista são resolvidos pelo

- (A) Tribunal Superior do Trabalho, quando o conflito envolver uma Vara do Trabalho e o respectivo Tribunal Regional do Trabalho.
- (B) Tribunal Regional do Trabalho, quando o conflito envolver uma Vara do Trabalho e uma Vara da Justiça Federal.
- (C) Superior Tribunal de Justiça, quando o conflito envolver uma Vara do Trabalho e uma Vara Cível da Justiça Comum Estadual sem jurisdição trabalhista.
- (D) Tribunal Superior do Trabalho se houver conflito de competência entre o Tribunal de Justiça e o Tribunal Regional do Trabalho, quando em exame matéria relativa à relação de trabalho.

— RASCUNHO _____

DIREITO-CIVIL**— QUESTÃO 26 —**

A Lei n. 10.406 (Código Civil Brasileiro de 2002) revogou expressamente a Lei 3.071 (Código Civil Brasileiro de 1916). Tendo em vista essa revogação, considere o seguinte caso: A.P. faleceu no dia 5 de janeiro de 2003. Deixou patrimônio hereditário. Na ação de inventário e partilha, ajuizada no dia 5 março de 2003, o Magistrado aplicará o

- (A) CCB/1916, derogado.
- (B) CCB/2002, já em vigor no momento do ajuizamento da ação, que ab-rogou o CCB/16.
- (C) CCB/1916, ab-rogado.
- (D) CCB/2002, já em vigor no momento do ajuizamento da ação, que derogou o CCB/16.

— QUESTÃO 27 —

Uma jovem embarcou em um avião em Goiânia com direção a São Paulo. Sua bagagem foi extraviada e por isto deve ser indenizada pela companhia aérea. Nesse caso, a indenização deve observar os parâmetros

- (A) da convenção de Varsóvia, por ser tratado internacional da qual o Brasil é subscritor.
- (B) do Código Brasileiro do Ar em respeito ao princípio da especialização.
- (C) do Código de Defesa do Consumidor por ser lei complementar.
- (D) do Código Civil por ser lei mais recente em torno da responsabilidade civil.

— QUESTÃO 28 —

A P.S. tinha cinco filhos, entres os quais F. S. a quem ele vendeu um lote situado na Vila Bandeirante. Dos outros quatro, apenas J. S. não aquiesceu na escritura. Em virtude da divergência desse filho, a compra e venda é

- (A) anulável, e a pretensão prescreve em dois anos.
- (B) ineficaz, e ocorre a decadência em dois anos.
- (C) anulável, e ocorre a decadência em três anos.
- (D) anulável, e ocorre a decadência em dois anos.

— QUESTÃO 29 —

C. G. fez empreitada com o município de Aparecida de Goiânia para a construção de um viaduto. Em virtude da urgência, passou a trabalhar em tempo corrido, fazendo muito barulho, perturbando o sossego e a tranquilidade dos moradores. Neste caso,

- (A) o proprietário ou possuidor dos prédios vizinhos tem o direito de fazer cessar as interferências prejudiciais à segurança, ao sossego e à saúde dos que o habitam, provocadas pela utilização da propriedade vizinha.
- (B) os vizinhos são obrigados a tolerarem a interferência e não têm o direito de buscar cessação do barulho decorrente da obra, por se tratar de obra pública.

- (C) o direito dos vizinhos de fazerem cessar a interferência causada pela obra não prevalece, posto justificada pelo interesse público, caso em que o causador do barulho pagará ao vizinho indenização cabal.
- (D) os vizinhos, em caso de decisão judicial para tolerar as interferências, terão direito de exigir a redução, e não a sua eliminação, mesmo que esta seja possível.

— QUESTÃO 30 —

A. M., viúvo, sem filhos, casou-se com M. C, mãe solteira de uma filha com 18 anos. Dois anos após o casamento, novamente enviuvou. Nesse caso,

- (A) não há impedimento legal, e o viúvo poderá casar-se com a irmã da falecida (sua cunhada).
- (B) não há impedimento legal, e o viúvo poderá casar-se com a mãe da falecida (sua sogra).
- (C) não há nenhum impedimento legal, e o viúvo poderá casar-se com a filha da falecida.
- (D) há impedimento legal, e o viúvo não poderá casar-se com a tia da falecida.

— QUESTÃO 31 —

J. H. faleceu e não deixou nenhum descendente. A viúva recebeu a meação dos bens comuns. O falecido deixou vivo na linha ascendente apenas avô paterno e avós maternos. Do patrimônio hereditário do morto, a viúva

- (A) herdará 1/3 (um terço) da herança. O avô paterno herdará 1/3 (um terço) da herança. Os avós maternos herdarão 1/3 (um terço) do patrimônio hereditário do falecido.
- (B) herdará 50% da herança. O avô paterno herdará 25% da herança. Os avós maternos herdarão 25% do patrimônio hereditário do falecido.
- (C) herdará 50% da herança. O avô paterno receberá metade do quinhão hereditário que herdará os avós maternos do falecido.
- (D) não herdará nada. O avô paterno herdará 1/3 (um terço) da herança. Os avós maternos herdarão 2/3 (dois terços) do patrimônio hereditário do falecido.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL**— QUESTÃO 32 —**

Se um dos litisconsortes unitário interpôs recurso antes que o fizesse qualquer um dos outros, e em seguida desistiu, sendo ainda recorrível a sentença por algum dos restantes, o recurso que este porventura tempestivamente interponha produz efeitos

- (A) para o próprio recorrente, não aproveitando aos demais.
- (B) para o próprio recorrente e para os demais que não recorreram.
- (C) para todos, excluindo-se o que desistiu do seu recurso.
- (D) para todos, inclusive para o que haja desistido do seu recurso.

— QUESTÃO 33 —

A Fazenda Pública Municipal interpôs, perante o Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, recurso de agravo de instrumento contra decisão interlocutória prolatada pelo juiz da Vara da Fazenda Pública. Em atendimento ao disposto no art. 526, do Código de Processo Civil, deverá a Fazenda Pública Municipal requerer, em primeiro grau, juntada aos autos do processo, da cópia da petição do recurso de agravo de instrumento e do comprovante de sua interposição, assim como a relação dos documentos que instruíram o recurso, no prazo de

- (A) 3 dias.
- (B) 6 dias.
- (C) 10 dias.
- (D) 12 dias.

— QUESTÃO 34 —

A Fazenda Pública, quando em juízo, goza de algumas prerrogativas, como, por exemplo, a de

- (A) ter que ser citada, no procedimento sumário, com antecedência mínima de 40 dias para a audiência de conciliação.
- (B) ter computado em dobro o prazo para contestar, oferecer reconvenção e exceção, nas ações ordinárias.
- (C) estar dispensada do depósito de 5% (cinco por cento) sobre o valor da causa, previsto para a propositura da ação rescisória.
- (D) estar isenta do pagamento das custas, das despesas processuais e dos honorários referentes ao perito designado pelo juiz.

— QUESTÃO 35 —

J. interpõe ação de reintegração de posse em face de C., sob o argumento de que este está lavrando terras de propriedade do demandante e, pois, usurpando-lhe a posse. O réu C., embora arrendatário da gleba de propriedade de M., e, portanto, seu possuidor direto, é citado “em nome próprio”, isto é, como se fora possuidor pleno. Em tais circunstâncias,

- (A) deverá denunciar a lide ao seu arrendante M., possuidor indireto.
- (B) deverá chamar ao processo seu arrendante M., possuidor indireto.
- (C) deverá nomear à autoria seu arrendante M., possuidor indireto.
- (D) arrendante, deverá ingressar na lide como assistente litisconsorcial de C., possuidor direto.

— QUESTÃO 36 —

A Lei n. 7.347, de 24 de julho de 1985, que disciplina a ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico, dispõe que:

- (A) quando versar sobre direitos difusos de valor estético, histórico e paisagístico não poderá ter por objeto a condenação em dinheiro.
- (B) a sua propositura não previne a jurisdição do juízo para as ações posteriores, ainda que elas possuam a mesma causa de pedir ou o mesmo objeto.
- (C) o juiz poderá conceder mandado liminar, com ou sem justificação prévia, em decisão sujeita ao recurso de agravo.
- (D) o Ministério Público, se não intervier como parte, somente atuará obrigatoriamente como fiscal da lei nas ações que versem sobre direitos difusos.

— QUESTÃO 37 —

Em ação de execução por crédito fiscal (Lei n. 6.830, de 22 de setembro de 1980) fundada em certidão de dívida ativa do Município, a citação do executado será feita

- (A) apenas por intermédio de oficial de justiça.
- (B) apenas pelo correio com aviso de recepção.
- (C) por edital, apenas quando o AR for devolvido sem cumprimento.
- (D) por edital, apenas quando exauridos todos os meios na tentativa de localizar o devedor.

— QUESTÃO 38

Ao julgar uma causa em que a Fazenda Pública Municipal foi condenada em valor correspondente a R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais) e, em se tratando de sentença não alcançada por jurisprudência do plenário do Supremo Tribunal Federal ou por súmula deste Tribunal ou do Tribunal Superior competente, o juiz ordenará a remessa dos autos ao tribunal, ainda que não haja apelação porque o reexame necessário é

- (A) condição para a validade da sentença.
- (B) ditado pelo interesse público e não fere o princípio da isonomia processual.
- (C) condição para a antecipação de algum efeito da tutela quando ocorrerem os requisitos que o ensejam.
- (D) cabível no processo de conhecimento em face de sentença definitiva, pois sentença terminativa não se submete ao reexame.

— QUESTÃO 39

De acordo com um dos princípios fundamentais dos recursos cíveis, “para cada ato judicial recorrível há um único recurso previsto pelo ordenamento, sendo vedada a interposição cumulativa de mais outro visando a impugnação do mesmo ato judicial”. Esse enunciado refere-se ao princípio da

- (A) singularidade.
- (B) taxatividade.
- (C) dialeticidade.
- (D) consumação.

— RASCUNHO

DIREITO PREVIDENCIÁRIO**— QUESTÃO 40 —**

É de iniciativa do Poder Executivo a lei que cria o Regime de Previdência Complementar do servidor público, de natureza pública e por intermédio de entidades fechadas de previdência complementar. Esse regime previdenciário

- (A) aplica-se a todos os servidores públicos das três esferas de poder, como ocorre também com o Regime Próprio de Previdência Social.
- (B) não tem qualquer relação de semelhança com o regime complementar de previdência privada, por causa de suas características.
- (C) poderá resultar, uma vez instituído pelo ente público, na concessão de aposentadorias e pensões aos seus respectivos servidores no limite fixado para os benefícios do RGPS.
- (D) obedece aos mesmos critérios mínimos de idade, tempo de contribuição e de exercício de cargo público fixado para os benefícios do RPPS.

— QUESTÃO 41 —

A Constituição Federal de 1988 sofreu modificações nos últimos anos no que diz respeito à contribuição do servidor público para o seu Regime Próprio de Previdência Social. Entre essas modificações consta

- (A) a incidência de contribuições sobre o total dos proventos de aposentadorias e pensões, igualando-as às contribuições dos servidores titulares de cargos efetivos.
- (B) a isenção de contribuição ao aposentado e pensionista com benefício de valor até o dobro do limite de benefícios fixado para o Regime Geral de Previdência Social, quando o beneficiário for portador de doença incapacitante.
- (C) a fixação das mesmas alíquotas de contribuição do RGPS para as contribuições do servidor público efetivo.
- (D) a opção do servidor público de cargo efetivo em contribuir sobre o total da sua remuneração para garantir a aposentadoria sobre o valor máximo de contribuição.

— QUESTÃO 42 —

O caráter contributivo, a filiação obrigatória e o equilíbrio financeiro e atuarial são aspectos comuns ao Regime Geral de Previdência Social e aos Regimes Próprios de Previdência Social, nos termos previstos pela Constituição Federal de 1988. Além dessas diretrizes básicas,

- (A) a legislação previdenciária estabelece parâmetros para a fixação do valor da contribuição do ente federado para o respectivo Regime Próprio de Previdência Social que instituir, tendo como limites mínimo e máximo os percentuais de contribuição fixados para a União.
- (B) a legislação previdenciária em vigor não permite a migração do trabalhador de um regime previdenciário para outro, em função do desequilíbrio que poderia causar ao regime receptor.

- (C) a legislação previdenciária infraconstitucional determina a contribuição de todo servidor inativo (aposentado) para o RPPS.
- (D) a legislação previdenciária infraconstitucional estabelece a obrigatoriedade de contribuição do servidor público (inativo) aposentado pelo RPPS e do aposentado pelo RGPS, dado o caráter público dos dois regimes e o necessário tratamento igualitário de seus integrantes.

— QUESTÃO 43 —

O tempo mínimo de contribuição, além da idade mínima do segurado, são exigências para a obtenção do benefício de aposentadoria voluntária pelo servidor público de cargo efetivo pelo seu respectivo RPPS. Assim,

- (A) o Regime Geral de Previdência Social (RGPS) e o Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) se igualam nestes aspectos, uma vez que ambos exigem idade mínima e tempo de contribuição para a obtenção do benefício.
- (B) os dois regimes previdenciários (RGPS e RPPS), ambos de filiação obrigatória, não admitem hipótese de aposentadoria sem a comprovação de um tempo mínimo de contribuição.
- (C) uma das diferenças entre os dois regimes previdenciários (RGPS e RPPS), relacionadas com a concessão do benefício, é a fixação de idade mínima, uma vez que esta não existe no RGPS.
- (D) o tempo de contribuição para o Regime Geral de Previdência Social não pode ser aproveitado para a fixação do momento e do valor da aposentadoria do servidor público efetivo que busca se aposentar pelo RPPS.

— QUESTÃO 44 —

J.S. é servidor público efetivo, concursado, do município de Bomtempo, há mais de 20 (vinte) anos). Ocorre que o referido município não havia instituído Regime Próprio de Previdência Social e, nestas condições, J.S. estava enquadrado no Regime Geral de Previdência Social (RGPS), para o qual vinha contribuindo até o limite máximo previsto neste regime. Nessas condições, a instituição de RPPS pelo referido município traz que implicação na situação previdenciária de J.S.?

- (A) Ele terá de continuar contribuindo para o RGPS e, por este, requerer o benefício de aposentadoria, em razão do tempo de contribuição para este regime.
- (B) Ele terá a garantia de migração para o RPPS, com a compensação do tempo de contribuição ao RGPS e a contribuição continuará nas condições fixadas no novo regime.
- (C) Ele passará a contribuir para o RPPS, mas o benefício de aposentadoria automaticamente ficará limitado ao teto fixado para o RGPS.
- (D) Ele terá de requerer o benefício de aposentadoria proporcional junto aos dois regimes previdenciários.

DIREITO TRIBUTÁRIO**— QUESTÃO 45 —**

Leia o fragmento a seguir.

A finalidade do Estado é a realização do bem comum. A noção de comum é difícil e complexa. Podemos conceituá-lo como sendo um ideal que promove o bem-estar e conduz a um modelo de sociedade, que permite o pleno desenvolvimento das potencialidades humanas, ao mesmo tempo em que estimula a compreensão e a prática de valores espirituais. Para o atingimento dessa finalidade, o Estado desenvolve inúmeras atividades, cada qual objetivando tutelar determinada necessidade pública.

HARADA, Kiyoshi. *Direito financeiro e tributário*. 19. ed. São Paulo: Atlas, 2010. p. 3

A atividade financeira do Estado está diretamente ligada a forma de Governo e:

- (A) no período clássico, ligado ao Estado Liberal (séc. XVIII e XIX), a partir de idéias de Adam Smith, a atividade financeira do Estado caracterizava-se pela livre intervenção do Estado no domínio econômico.
- (B) no período do *Welfare State*, o não intervencionismo estatal orientava a prestação de atividades financeiras apenas para finalidades essenciais, cabendo à economia privada a obtenção de recursos para demais atividades.
- (C) o modelo econômico brasileiro coincide com o Estado-mínimo ao consagrar, no parágrafo único do art. 170 da CF/88 o livre exercício da atividade econômica pelos particulares e a autorização por órgãos públicos apenas nos casos previstos em lei.
- (D) o Estado brasileiro, segundo a atual ordem constitucional, desenvolve sua atividade financeira vinculada à satisfação de três necessidades básicas: prestação de serviços públicos, exercício regular do poder de polícia e intervenção no domínio econômico.

— QUESTÃO 46 —

Referente às despesas públicas, precatório é a solicitação que o juiz de primeiro grau faz ao presidente do Tribunal respectivo para que este requisite a verba necessária para o pagamento do crédito de algum credor perante a União, o Estado, o Distrito Federal ou o Município, em face de decisão judicial. A matéria está prevista no art. 100 da CF/88 e foi objeto da Emenda Constitucional nº 62, de 09.12.2009.

De acordo com a Constituição e a Emenda citadas:

- (A) os débitos de natureza alimentícia cujos titulares tenham 60 (sessenta) anos de idade ou mais na data do pagamento do precatório, serão pagos com preferência sobre todos os demais débitos.
- (B) a expedição de precatório para pagamento de obrigações definidas em lei como sendo de pequeno valor, poderá ter a fixação deste valor diferenciada segundo a capacidade econômica da entidade de direito público devedora.

- (C) o titular do crédito público inscrito em precatório é o único legitimado a receber o valor ao final da ordem cronológica, não podendo ceder seus créditos a terceiros, sequer parcialmente.
- (D) o titular do crédito público inscrito em precatório não poderá ter, no momento do pagamento, o abatimento a título de compensação com a Fazenda Pública, de eventuais dívidas tributárias contraídas como contribuinte.

— QUESTÃO 47 —

Leia o fragmento a seguir.

A lei descreve um fato e atribui a este o efeito de criar uma relação entre alguém e o Estado. Ocorrido o fato, que em Direito Tributário denomina-se **fato gerador** ou **fato impositivo**, nasce a relação tributária, que compreende o **dever** de alguém (sujeito passivo da obrigação tributária) e o **direito** do Estado (sujeito ativo da obrigação tributária).

MACHADO, Hugo de Brito. *Curso de direito tributário*. 30. ed. rev. atual. ampl. São Paulo: Malheiros, 2009. p.121.

Nesta relação jurídica tributária,

- (A) a hipótese de incidência, sinônimo do fato gerador, enseja o início da obrigação tributária.
- (B) a obrigação acessória, pelo simples fato de sua inobservância, não pode converter-se em obrigação principal relativamente a penalidade pecuniária.
- (C) para a definição legal do fato gerador é irrelevante, a validade jurídica dos atos efetivamente praticados pelos contribuintes, responsáveis ou terceiros.
- (D) os entes tributantes União, Estados, Municípios e Distrito Federal, detentores de competência tributária, são os únicos que poderão ser os sujeitos ativos de obrigação tributária.

— QUESTÃO 48 —

O parágrafo único do art. 142 do Código Tributário Nacional estabelece:

A atividade administrativa de lançamento é vinculada e obrigatória, sob pena de responsabilidade funcional.

A atividade de lançamento é:

- (A) ato administrativo que não admite declaração feita pelo sujeito passivo.
- (B) ato constitutivo do crédito tributário e reporta-se à lei vigente na data do efetivo lançamento.
- (C) ato que, quando feito de ofício pela autoridade administrativa, pode propor aplicação de penalidade na forma de Auto de Infração.
- (D) ato administrativo revestido de presunção *jure et de jure* de legitimidade.

— QUESTÃO 49 —

No caso de existir, simultaneamente, dois ou mais débitos vencidos do mesmo sujeito passivo para com o Município, sendo relativos ao mesmo ou a diferentes tributos ou provenientes de multas ou juros de mora, a autoridade administrativa competente determinará

- (A) a respectiva imputação discricionariamente, recebendo o pagamento independentemente da espécie de tributo a que se refere ou da natureza do sujeito passivo.
- (B) a respectiva imputação, obedecida a ordem enumerada na norma geral, recebendo, em primeiro lugar, os débitos por obrigação própria e, em segundo, os decorrentes de responsabilidade tributária.
- (C) a respectiva imputação, obedecida à ordem enumerada na norma geral, recebendo os débitos em ordem crescente, em razão dos montantes.
- (D) a respectiva imputação, obedecida à ordem enumerada na norma geral, recebendo, em primeiro lugar, os débitos relativos aos impostos, depois as taxas e por último as contribuições de melhoria.

— QUESTÃO 50 —

A responsabilidade solidária

- (A) é atribuída, pela lei, a terceira pessoa desvinculada da situação que constitua o fato gerador da respectiva obrigação principal.
- (B) pode ser atribuída, pela legislação, a diversas pessoas, não comportando por parte dessas a invocação do benefício de ordem.
- (C) é atribuída, pela lei, às pessoas que tenham interesse comum na situação que constitua o fato gerador da obrigação principal.
- (D) pode ser atribuída, pela legislação, a pessoas que tenham interesse comum na situação que constitua o fato gerador da obrigação principal.

— QUESTÃO 51 —

Um imóvel foi levado a hasta pública em razão de execução movida pela Fazenda Pública Municipal de Aparecida de Goiânia. O arrematante, adquirente desse bem,

- (A) é responsável integralmente por eventuais créditos tributários (impostos, taxas de serviço, contribuição de melhoria) relativos ao bem arrematado, independentemente da data da constituição desses.
- (B) é responsável solidariamente com o antigo proprietário por eventuais créditos tributários (impostos, taxas de serviço, contribuição de melhoria) relativos ao bem arrematado.
- (C) é eximido de responsabilidade por eventuais créditos tributários (impostos, taxas de serviço, contribuição de melhoria) relativos ao bem arrematado, já que esses se sub-rogam sobre o respectivo preço.
- (D) é responsável integralmente por todos os créditos tributários (impostos, taxas de serviço, contribuição de melhoria), relativos ao bem arrematado, constituídos até a data da aquisição em hasta pública.

— QUESTÃO 52 —

Dentre os recursos públicos de que dispõem as pessoas políticas (União, Estados, Distrito Federal e Municípios) têm-se como primacial à sua autonomia financeira as receitas públicas derivadas tributárias. O constituinte se ocupou de determinar o repasse obrigatório aos Municípios de parte das receitas arrecadadas pela União, relativamente aos seguintes tributos federais:

- (A) IR, IOF, II
- (B) ITR, IPI, IR
- (C) CIDE sobre combustível, IR, IE
- (D) IPI, IE, II

— RASCUNHO —

DIREITO AMBIENTAL**— QUESTÃO 53 —**

Constituiu princípio do direito ambiental:

- (A) o princípio da precaução, segundo o qual diante da ameaça de danos sérios ou irreversíveis, a ausência de absoluta certeza científica não pode ser utilizada como razão para postergar medidas pelo poder público, ainda que estas sejam economicamente inviáveis.
- (B) o princípio do desenvolvimento sustentável, que compreende conjuntamente a noção de solidariedade intergeracional e de acesso equitativo aos recursos naturais.
- (C) o princípio do poluidor-pagador, que exige que o poluidor arque com os custos da poluição produzidos por sua atividade nos casos em que este agir com dolo ou culpa.
- (D) o princípio da informação, em que o poder público é obrigado a promover a publicação de todos os atos relacionados à gestão ambiental.

— QUESTÃO 54 —

De acordo com o ordenamento constitucional vigente, os municípios

- (A) podem editar leis tipificando crimes e infrações administrativas ambientais.
- (B) são impedidos de realizar a fiscalização ambiental sobre bens federais e estaduais existentes em seu território.
- (C) são responsáveis pela proteção do patrimônio histórico-cultural local, observada a legislação e ação fiscalizadora federal e estadual.
- (D) são impedidos de estabelecer normas ou exigir tratamento diferenciado, conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação.

— QUESTÃO 55 —

Conforme definição da Resolução CONAMA n. 237/97, o licenciamento ambiental é o procedimento administrativo pelo qual o órgão ambiental competente licencia a localização, instalação, ampliação e a operação de empreendimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais, considerados efetiva ou potencialmente poluidoras ou daquelas que, sob qualquer forma, possam causar degradação ambiental.

A respeito de tal procedimento, depreende-se o seguinte:

- (A) o licenciamento ambiental é atividade vinculada e, tendo o empreendedor comprovado o atendimento aos requisitos legais, fará jus à licença, não cabendo ao órgão licenciador a análise da conveniência e oportunidade do empreendimento.
- (B) o licenciamento ambiental não dispensa a realização de estudos prévios de impacto ambiental (EIA), e caso o empreendedor não suporte o custo dos estudos, a Administração Pública deve custear tal despesa.

- (C) o processo de licenciamento ambiental quando delegada a atribuição de licenciar, do Estado para o Município, por meio de lei ou convênio, terá seu procedimento a cargo do órgão ambiental municipal, sem manifestação dos órgãos ambientais da União ou do Estado.
- (D) o processo de licenciamento ambiental, quando arquivado, impedirá a apresentação de novo requerimento de licença, ainda que mediante novo pagamento de custo de análise.

— QUESTÃO 56 —

Leia o fragmento a seguir.

II – Área de preservação permanente: área protegida nos termos dos arts. 2º e 3º desta Lei, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica, a biodiversidade, o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas.

CÓDIGO FLORESTAL, Lei n. 4.771/65, art. 1º.

Na mesma linha de proteção sobre tais áreas, pode-se depreender o seguinte:

- (A) a faixa de APP será de 50 metros de cada lado, quando os cursos d'água tiverem menos de 10 metros de largura.
- (B) as áreas de APP poderão ter sua vegetação suprimida somente por expressa autorização legal.
- (C) o poder público pode definir e declarar como APP as florestas e demais formas de vegetação natural destinadas a auxiliar a defesa do território nacional, a critério das autoridades militares.
- (D) o acesso de pessoas e animais às APPs para obtenção de água, por ser considerada atividade comprometedor da vegetação nativa e impeditiva da regeneração natural, é proibido.

LEI COMPLEMENTAR N. 003/2001 E LEI COMPLEMENTAR N. 015/2008 DO MUNICÍPIO**— QUESTÃO 57 —**

Em termos de competência atribuída pelo art. 3º da Lei Complementar n. 015, de 8 de agosto de 2008, à Procuradoria Geral do Município de Aparecida de Goiânia, o § 1º prescreve que

na defesa dos direitos ou interesses do Município, os órgãos ou entidades da Administração Municipal fornecerão, mediante requisição, os elementos de fato, de direito e outros necessários à atuação da Procuradoria Geral do Município, inclusive nas hipóteses de mandado de segurança e *habeas data*, impetrado contra o ato ou omissão de autoridade municipal.

Complementando esta prescrição, o § 2º do mesmo artigo dispõe que

as requisições de que trata o parágrafo primeiro deste artigo terão tratamento preferencial e serão atendidas no prazo nelas assinalado.

Em caso de inobservância do disposto nos dois parágrafos ora transcritos, será considerada infração ao art. 133, referente às proibições ao servidor, da Lei Complementar n. 003, de 28 de dezembro de 2001, que institui o Estatuto dos Servidores da Prefeitura e Câmara Municipal de Aparecida de Goiânia,

- (A) participar, velada ou ostensivamente, de trabalhos objeto de contratação pelo Município a terceiros.
- (B) aceitar propinas ou presentes, de qualquer tipo ou valor, bem como empréstimos pessoais ou vantagens de qualquer espécie, em razão de suas atribuições.
- (C) proceder de forma desidiosa, assim entendida a falta ao dever de diligência no cumprimento de suas atribuições.
- (D) atribuir a outro servidor funções ou atividades estranhas às do cargo ou função que ocupa, exceto em situação de emergência ou transitoriedade.

— QUESTÃO 58 —

O adicional de insalubridade devido a servidor público estatutário do Município de Aparecida de Goiânia será pago à proporção de

- (A) quarenta por cento do vencimento, quando houver exposição no grau máximo.
- (B) trinta por cento do vencimento, quando houver exposição no grau máximo.
- (C) dez por cento do vencimento, quando houver exposição no grau médio.
- (D) vinte por cento do vencimento, quando houver exposição no grau mínimo.

— QUESTÃO 59 —

Além das proibições decorrentes do exercício do cargo público, aos Procuradores do Município, de acordo com a Lei Complementar n. 015, de 8 de agosto de 2008, é vedado:

- (A) requisitar das autoridades competentes certidões, informações e diligências necessárias ao desempenho de suas funções.
- (B) ingressar livremente em qualquer edifício ou recinto onde funcione repartição pública do Município e ter acesso a documentos e informações úteis ao exercício da atividade funcional.
- (C) receber citações, intimações e notificações nas ações em que o Município seja parte, salvo nas ações de caráter personalíssimo.
- (D) exercer suas funções em processo judicial ou administrativo em que seja interessado parente ou afim, em linha reta ou colateral, até o segundo grau, bem como cônjuge ou companheiro.

— QUESTÃO 60 —

Quanto aos aspectos deontológicos da carreira de Procurador do Município de Aparecida de Goiânia, consagra a Lei Complementar n. 015, de 8 de agosto de 2008, como dever dos Procuradores do Município:

- (A) representar ao Procurador Geral do Município sobre irregularidades que afetem o bom desempenho de suas atribuições.
- (B) propor ao Procurador Geral do Município a adoção de providências reclamadas pelo interesse público e as concernentes ao aperfeiçoamento das atividades da Procuradoria Geral do Município.
- (C) propor ao Procurador Geral do Município o ajuizamento de ações por intermédio das Subprocuradorias Gerais.
- (D) informar ao Procurador Geral do Município os casos de inobservância administrativa de entendimento jurídico consolidado no âmbito da Procuradoria.

— RASCUNHO —

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS – DISCURSIVA**— QUESTÃO 1 —**

A respeito da participação popular na formação das decisões administrativas Paulo Affonso Leme Machado menciona M. Prieur:

As associações de defesa do meio ambiente sempre reclamaram a introdução do referendo de iniciativa popular a nível local com o fim de levar os poderes locais a instaurar um debate sobre as opções de ordenamento do meio ambiente de um município. Essa reivindicação choca-se com a posição dos eleitos locais, inquietos de serem despojados de seus poderes.

PRIEUR, Michel, 2001, p. 126 *apud* MACHADO, Paulo Affonso Leme. *Direito ambiental brasileiro*. 2004, p. 85-86.

De acordo com o exposto, responda:

- a) Quais os fundamentos constitucionais da consulta popular?
- b) Quais as formas de manifestação da soberania popular previstas na Constituição da República Federativa do Brasil?
- c) Quais as distinções entre plebiscito e referendo?
- d) O resultado do plebiscito ou do referendo pode ser modificado por lei ou emenda Constitucional? **(8 pontos)**

— QUESTÃO 2 —

Enumere os princípios constitucionais norteadores da Administração Pública e explique cada um deles.

(8 pontos)

— QUESTÃO 3 —

Um trabalhador foi contratado por empresa pública municipal, após o advento da Constituição Federal de 1988, sem prévia aprovação em concurso público. Após ter sido demitido ingressou com reclamação na Justiça do Trabalho pleiteando verbas salariais e rescisórias. Ao final do processo a Justiça do Trabalho, amparando-se em súmula de sua própria autoria, entendeu que é nula a contratação do empregado sem concurso público.

Com base na súmula do Tribunal Superior do Trabalho que pacificou o assunto, explique quais efeitos a declaração de nulidade tem nos planos da existência, da validade, e da eficácia. **(8 pontos)**

— QUESTÃO 4 —

A Prefeitura Municipal de Aparecida de Goiânia, por meio da sua Secretaria Municipal de Água e Esgoto, resolveu cobrar créditos oriundos do inadimplemento de tarifas de água e esgotos existentes a partir de fevereiro de 2003. Ao ser julgada a primeira ação proposta, o juiz de primeiro grau pronunciou a ocorrência de prescrição, extinguindo o processo com resolução de mérito. Inconformada, a autora interpôs recurso de apelação. Contudo, o desembargador relator confirmou o pronunciamento de prescrição quinquenal, consoante as regras do Código Tributário Nacional, para cobrança de créditos tributários, extinguindo a cobrança de valores referente às tarifas por prestação de serviços de abastecimentos de água e de coleta de esgotos realizados e cobrados pela autora/apelante.

Considerando o exposto, responda às indagações:

- a) Que recurso deve ser interposto contra o acórdão? Esse recurso deve ser dirigido e endereçado a qual(is) órgão(s) do Poder Judiciário?
- b) Quem tem legitimidade para recorrer? Qual o prazo em que o(a) recorrente deve interpor (protocolar) o recurso?
- c) Quais os requisitos que devem ser preenchidos para que seja atendido o requisito da regularidade formal do recurso interposto? Explique-os.
- d) Deve o recurso ser recebido nos efeitos devolutivo e suspensivo? Explique. **(8 pontos)**

— QUESTÃO 5

A Constituição Federal de 1988 prevê duas formas de provimento de recursos para os entes políticos (União, Estados, Distrito Federal e Municípios), poderem fazer face às suas necessidades financeiras, quais sejam: repartição de competências e partilha do produto arrecadado.

A respeito da repartição de competências, explique a discriminação constitucional de competências tributárias e sua classificação doutrinária em:

- a) competência privativa (a quem cabe, o motivo e com exemplo).
- b) competência comum (a quem cabe, o motivo e com exemplo).
- c) competência residual (a quem cabe, o motivo e com exemplo).

(8 pontos)

— RASCUNHO
